

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

ESTRATÉGICA

(Caso prático)

Ten-Cel Art (QEMA)

ALVARO GALVAO PEREIRA

1. Informação estratégica: conceitos

Nas primeiras linhas do Prefácio de seu livro intitulado **INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS**, publicado em 1948, Sherman Kent esclarece que o livro "trata das informações necessárias aos estrategistas para elaboração e execução de seus planos". E mais: "nas informações estratégicas, devemos procurar os conhecimentos sobre os quais as relações exteriores do nosso país devem basear-se, na paz e na guerra. Se a política externa é o escudo da república, como disse Walter Lippmann, as informações estratégicas é aquilo que coloca o escudo na hora e lugar exatos. É também aquilo que está sempre pronto para orientar a espada".

Um pouco mais tarde, em 1959, Washington Platt, em "**PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS**", considera como informações estratégicas os conhecimentos relativos às possibilidades, vulnerabilidades e linhas de ação prováveis das nações estrangeiras. Suas finalidades principais são orientar a formulação e a execução das medidas de segurança nacional em tempo de paz, a conduta das operações militares em tempo de guerra e o desenvolvimento do planejamento estratégico no período de pós-guerra.

Ambos os autores produziram suas obras sustentados pela experiência própria no trabalho de produção de informações durante a 2ª Guerra Mundial. Seus conceitos parecem revelar a apreensão resultante da tremenda falha das informações americanas no episódio de Pearl Harbor.

Nos dias atuais, o conceito de informações estratégicas aparece ligado à finalidade das informações. São consideradas estratégicas as informações que "têm por finalidade atender às necessidades dos planejadores e executores da Política de Segurança Nacional, bem como as essenciais às decisões dos Comandos de nível estratégico das Forças Armadas". Cabe ressaltar que, no campo da Política de Segurança Nacional, as informações estratégicas também são destinadas à elaboração e à suplementação eventual da execução dos Planos de Aplicação e Preparo do Poder Nacional.

É dentro deste conceito moderno que pretendemos sumariar um caso prático, e hipotético, de produção de uma informação estratégica.

2. O problema

Utilizaremos a França para o nosso caso prático pelos seguintes motivos:

- é um país militarmente nuclear;
- embora designada para integrar o Comitê de 18 Nações para o Desarmamento, encarregado de preparar um projeto de Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, a França não se fez representar no Comitê, eximindo-se de qualquer participação no projeto de tratado;
- na Assembléia Geral da ONU, a França absteve-se de votar a recomendação favorável ao projeto de tratado elaborado por soviéticos e americanos.

Partimos, portanto, da hipótese de que o Governo francês não assinará o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Dentro desta hipótese, admitamos que o Governo haja apresentado o seguinte problema aos produtores de informações estratégicas:

QUAIS OS RISCOS ECONÔMICOS E AS REPERCUSSÕES POLÍTICAS QUE A FRANÇA ACEITARÁ, RECUSANDO-SE A ASSINAR O TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO?

3. Um esquema de solução

Admitamos que os produtores de informações estratégicas hajam cogitado dos seguintes temas:

- a — a França permanece vinculada ao Mundo Ocidental. Neste caso, é indispensável obter um conhecimento do comportamento dos Estados Unidos em relação às atividades pertinentes à energia nuclear;
- b — a recusa em assinar o tratado constitui a fonte dos riscos econômicos e das repercussões políticas a serem estimadas. É óbvio que o texto do tratado e as negociações que precederam à sua elaboração precisam ser estudados em profundidade;
- c — o país é membro do Mercado Comum Europeu e da EURATOM. E, pois, no seio dessas entidades que se devem pesquisar os principais riscos econômicos e repercussões políticas.

O esquema parece-nos bastante bom e permite, desde já, distribuir as tarefas iniciais entre o pessoal especializado. Três pesquisadores seriam empregados, com a seguinte missão:

1º pesquisador: encarregar-se-ia de levantar aspectos técnicos e econômicos das indústrias nucleares norte-americanas e a posição dos Estados Unidos em relação à produção de combustíveis nucleares;

2º pesquisador: estudaria os textos dos diversos projetos de tratado de não-proliferação, levantando a evolução das tendências registradas a respeito dos sistemas de controle e salvaguardas, as sanções previstas contra os que não aderissem ao tratado, os benefícios atribuídos aos signatários e as implicações do tratado para a EURATOM;

3º pesquisador: encarregar-se-ia de levantar as relações comerciais e científicas da França com o MCE, no campo de energia nuclear, e os direitos e obrigações dos membros da EURATOM.

Não é propósito deste sumário abordar o trabalho dos pesquisadores. Por isso, admitimos que tenham eles acionado os meios de busca, ostensivos ou clandestinos, e recebido, ou recolhido, o material necessário ao cumprimento da missão.

4. O resultado do trabalho dos pesquisadores

Com o único objetivo de facilitar a compreensão, vamos apresentar, separadamente, o que poderia ter sido o resultado do trabalho dos pesquisadores. Cabe ressaltar que, na realidade, os três trabalham simultânea e independentemente no setor de pesquisa que lhes foi atribuído.

1º pesquisador — o resultado no seu trabalho estaria resumido no seguinte documento:

Os técnicos admitem que, nos países desenvolvidos, o consumo de energia elétrica cresce mais rapidamente que a população. Depois de 1964-65, época em que a energia elétrica de origem nuclear tornou-se comercialmente competitiva com a produzida pelas centrais clássicas, as previsões de produção de energia elétrica fornecida por centrais nucleares cresceram em progressão acelerada.

Os Estados Unidos encabeçam este movimento. Do total de investimentos norte-americanos destinados às centrais elétricas, em 1965, 20% e, em 1966, 50% foram destinados às centrais nucleares.

As previsões sobre energia elétrica de origem nuclear, feitas pela "Atomic Energy Commission" (AEC), para 1980, variaram da seguinte forma:

Necessidade de potência instalada em 1980	
PREVISÃO FEITA EM	MW
1964	40.000
1965	70.000
1967	120 a 170.000

A capacidade instalada de energia elétrica, de todas as origens, em 1964, era de 240.000 MW.

Neste ponto do trabalho, parece razoável admitir que haja ocorrido ao 1º pesquisador a idéia de que seria útil levantar os mesmos dados para a França, a fim de permitir uma comparação com a situação nos Estados Unidos.

A sugestão seria encaminhada à seção, ou divisão, ou órgão, encarregado de produzir a informação. Admitamos o acolhimento da sugestão e que, por se tratar de um aspecto singular, haja sido endereçado um pedido de busca ao "Commissariat à l'Énergie Atomique" (CEA).

Voltemos ao documento do 1º pesquisador.

A consideração da porcentagem dos investimentos destinados às centrais nucleares e das previsões sobre necessidades de potência instalada de origem nuclear, permite inferir que o volume de negócios da indústria nuclear para fins pacíficos representará uma parcela não desprezível do Produto Nacional Bruto.

A indústria nuclear enfrenta a perspectiva de mercado externo em expansão. A indústria nuclear americana compete em condições privilegiadas nesse mercado, não só pelo avanço tecnológico da sua infra-estrutura industrial, como pelo intercâmbio de informações científicas, aproveitadas prontamente no aperfeiçoamento dos produtos industriais. O volume das exportações relacionadas com o campo de energia nuclear aproxima-se, rapidamente, da casa do bilhão de dólares.

Quanto ao urânio enriquecido, combustível utilizado por mais de 70% das centrais nucleares instaladas no Mundo Livre e fora do território americano, os Estados Unidos são, por assim dizer, quase que exportadores exclusivos.

A maioria das reservas de urânio comercialmente exploráveis (custo da extração não superior a 10 dólares por libra-pêso) localizam-se nos Estados Unidos, Canadá e África do Sul. Os americanos exercem controle rigoroso sobre mais de 80% das reservas comercialmente exploráveis.

Como conclusão, pode-se registrar que a indústria nuclear americana é uma indústria rentável, com perspectiva de ampliação constante do mercado consumidor interno e externo. Os Estados Unidos controlam a exploração e comercialização do combustível nuclear de maior utilização: o urânio enriquecido.

2º pesquisador — o resultado do seu trabalho estaria assim resumido:

O artigo III do Tratado de Não-Proliferação contém, no seu parágrafo 2º, no tocante ao fornecimento de material nuclear, uma ameaça de marginalização para os países não signatários; isto é, proíbe a todos os Estados signatários a cessão — mesmo para utili-

zação pacífica — de qualquer material ou equipamento nuclear que não esteja sujeito às salvaguardas previstas pelo tratado.

O artigo preserva, também e em certa medida, o interesse da EURATOM porque permite que as salvaguardas sejam negociadas através de acordo entre a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e os países militarmente não-nucleares (países que não fabricaram ou explodiram uma arma nuclear, ou outro artefato explosivo nuclear, antes do dia 19 de janeiro de 1967) e permite que as salvaguardas sejam negociadas por um grupo de países, abrindo a possibilidade de tal negociação entre a AIEA e a EURATOM.

O artigo IV, quando estabelece que "todas as Partes deste Tratado têm o direito de participar do intercâmbio mais amplo possível de informações científicas e tecnológicas no tocante aos usos pacíficos da energia nuclear", constitui outra ameaça de marginalização para os países que não forem Partes do Tratado, no campo da troca de informações científicas e tecnológicas.

O Tratado de Não-Proliferação não impõe restrições nem sujeita a salvaguardas as atividades dos países militarmente nucleares, no campo da energia nuclear. Entretanto, em face dos controles e salvaguardas que impõe aos países militarmente não nucleares, restringe a possibilidade de virem estes países a constituir mercado consumidor para a indústria nuclear dos Estados não signatários e impede que os países Partes no tratado exportem materiais fisséis para os países não signatários.

A parte do artigo III que trata das negociações de salvaguardas induz a que se tenham algumas considerações sobre a tendência norte-americana de manter controle rígido sobre as atividades nucleares do Mundo Ocidental, sob a égide da AIEA.

O exame dos acordos bilaterais sobre energia nuclear, celebrados entre os Estados Unidos e Suíça, Japão e Euratom, respectivamente, indica que o controle americano torna-se cada vez mais amplo, abrangendo não só o fluxo de materiais fisséis, mas os equipamentos destinados às instalações nucleares e os próprios planos destas instalações. Indica, ainda, que a AEC procura, sistematicamente, confiar este controle à AIEA.

A tendência norte-americana está bem caracterizada no projeto de texto do artigo III do tratado de não-proliferação, apresentado no Senado, em 1966, pelo Senador John Pastore, vice-presidente da AEC. Estabelecia o projeto — modificado, posteriormente, na OTAN:

"Cada Parte se compromete a não fornecer mineral ou material fissil, ou equipamento especial, ou material não nuclear utilizado para o tratamento ou emprego do material fissil, a outros Estados, para fins de utilização pa-

cífica, a não ser que estes materiais e equipamentos estejam sujeitos ao controle da AIEA, ou de outros órgãos semelhantes."

Para ilustrar a substância da atitude americana em matéria de controle, transcreve-se o relatório de uma Comissão "ad hoc" constituída pela AEC, em março de 1967.

"As exportações americanas de materiais nucleares, especialmente para a Euratom, só deverão ser autorizadas quando os Estados Unidos dispuserem de uma prova concreta da melhoria real do sistema de controle da Euratom, do compromisso deste organismo de impor os controles da AIEA sobre os materiais nucleares exportados para os países-membros, e de uma pesquisa americana que verifique que não se está destinando uma quantidade equivalente à importada, para fins militares no interior da comunidade da Euratom."

Comentando o relatório, escreveu a publicação americana "Nuclear Industry", de maio de 1967:

"A aceitação desta sugestão interditária, de fato, a exportação de todos os materiais especiais para a França e poderia até provocar a suspensão das exportações para o conjunto da Euratom."

Em resumo, além das ameaças de marginalização que pesam sobre os países que não aderirem ao Tratado de Não-Proliferação, a tendência norte-americana acerca de controles constitui também uma ameaça. Esta tendência parece visar não só a impedir a proliferação entre os não nucleares, mas também a frear o desenvolvimento da capacidade nuclear das potências já dotadas de armamento atômico.

Parece-nos razoável admitir que, tomando conhecimento do trabalho do 2º pesquisador, o responsável pela produção da informação julgue conveniente dar ciência ao 3º pesquisador do que foi apurado. O documento contém, realmente, algumas implicações de interesse para a Euratom (missão do 3º pesquisador). Assim, no desempenho da função de coordenação do trabalho dos pesquisadores, — que, obviamente, lhe cabe — admitamos que o órgão, ou seção, ou divisão, encarregado de produzir a informação haja encaminhado ao 3º pesquisador uma cópia do documento acima transcrito.

3º pesquisador — poderia ter elaborado o seguinte documento:

O exame do documento preparado pelo 2º pesquisador sugere a necessidade de algumas considerações sobre o problema de abastecimento de materiais físséis, antes de apresentar as dificuldades que poderão surgir na Euratom e no Mercado Comum Europeu.

O mineral proveniente de países signatários do Tratado de Não-Proliferação só poderá ser recebido mediante o compromisso francês de utilizá-lo exclusivamente para fins pacíficos. É muito provável que este compromisso implique na submissão às rigorosas normas de controle e inspeção local.

Sem grande risco de erro, pode-se admitir que os Estados Unidos e a União Soviética pressionarão no sentido de que o controle seja exercido pela AIEA, em virtude do Tratado assinado pelos países produtores de minério. A recusa de aceitar tal controle obrigaria a França a renunciar ao abastecimento proveniente dos países signatários do Tratado.

A França poderá tentar persuadir os países africanos e a República Malgaxe, que lhe concederam autorização para explorar minérios uraníferos, a não assinar o Tratado. Em caso de sucesso, terá assegurado um abastecimento livre.

Entretanto, não se pode abandonar a hipótese de que estes países serão submetidos a fortes pressões. É muito provável que a maioria dos países africanos assinem um tratado que já conte com a adesão formal das grandes potências do Leste, do Oeste e do Terceiro Mundo. A posição francesa, já precária em matéria de abastecimento de materiais físséis, poder-se-ia tornar extremamente difícil.

Por outro lado, uma atenuação no intercâmbio de cientistas atômicos, uma restrição à venda de patentes de equipamentos atômicos, podem formar o quadro de isolamento que as potências nucleares Partes do Tratado tentarão criar para os países não signatários. Tal situação pode constituir para a França, a curto prazo, um estímulo, mas a longo prazo constituirá sério entrave.

Como conclusão parcial, pode-se admitir que a indústria nuclear francesa ficará sujeita a incertezas de natureza política, as quais combinadas com problemas de ordem econômica e tecnológica retardarão o desenvolvimento nacional.

Quanto à Euratom, o papel atribuído à AIEA pelo Tratado parece condená-la à extinção. Os peritos afirmam que a importância econômica da Euratom é bastante modesta quando comparada com a dos programas nacionais. Entretanto, a ela cabe, sem dúvida, um papel psicológico: é neste organismo que a Alemanha Ocidental se acha em pé de igualdade com os seus parceiros, em matéria de indústria nuclear pacífica; isto é, não sofre a discriminação a que está sujeita acerca de questões militares. Sob este aspecto, o desaparecimento da Euratom agravará as dificuldades de ordem psicológica para a reaproximação européia.

Caso os cinco parceiros da França, na Euratom, assinem o Tratado de Não-Proliferação, torna-se difícil vislumbrar a possibilidade da realização de trabalhos em comum. A participação fran-

cesa poderá provocar uma restrição no auxílio americano, que continua indispensável em certos setores essenciais da indústria nuclear.

Por outro lado, não sendo a França signatária do Tratado, pode surgir entre os outros membros da Euratom a tendência de aproveitar esta situação especial para localizar, em território francês, instalações comuns, particularmente as ligadas à pesquisas, com a finalidade de furtá-las das inspeções da AIEA. Tal fato beneficiaria, por certo, a indústria nuclear francesa, em detrimento da dos demais parceiros. Mas, se se considerar a importância prevista da indústria nuclear para a economia dos países, tal tendência poderia conter o germe de uma séria discórdia entre os membros do Mercado Comum Europeu.

Como conclusão parcial, pode-se admitir que a não adesão da França ao Tratado de Não-Proliferação põe em risco a existência da Euratom. Caso os outros cinco membros assinem o Tratado, adquirirão condições para receber um auxílio norte-americano muito superior ao que lhes poderia ser proporcionando pela França — e com quem deixariam de realizar trabalhos em comum. Seria economicamente vantajoso para a França se os países da Europa Ocidental procurassem tirar proveito da situação especial francesa para desenvolverem suas atividades nucleares resguardadas da ação da AIEA. Tal fato, entretanto, poderia provocar, a longo prazo, um desequilíbrio econômico capaz de abalar a estrutura do Mercado Comum Europeu.

5. Dados adicionais

Para encerrar a apresentação do material de que se valeriam os analistas para produzir a informação estratégica solicitada, resta-nos considerar os esclarecimentos que teriam sido prestados pelo CEA, em resposta ao pedido de busca sugerido pelo 1º pesquisador.

Admitamos que a resposta do CEA contenha os seguintes dados:

a) para atender à demanda de energia a França precisará contar com a seguinte potência instalada de origem nuclear:

1980	15.800 Mw
1985	32.500 Mw
1990	58.000 Mw
2000	150.000 Mw

A capacidade instalada de energia elétrica, de todas as origens, era de 27.000 Mw, em 1964.

b) a instalação de uma central nuclear de 500 Mw custará entre 400 e 500 milhões de francos (entre NCr\$ 256 e 320 milhões).

c) um estudo realizado em 1964, mostrou que, para um programa de 15.800 Mw instalados em 1980, o consumo anual de urânio natural deverá ser da ordem de 4.800 toneladas. Uma avaliação otimista dos recursos existentes, em território francês, aproxima-se das 50.000 toneladas (o que permite estimar uma produção racionalizada de 1.200 ton. por ano, durante 40 anos). O restante das necessidades precisa ser obtido nos países africanos e na República Malgaxe, onde a França tem concessões de exploração de minério.

d) a situação de abastecimento de urânio natural tenderá a se agravar se a França assumir o compromisso de abastecer as centrais nucleares que exportar.

6. O trabalho dos analistas

Até agora, passamos em revista a massa de dados que é fornecida ao analista para que ele produza a informação encomendada. Vale recordar que não serão exclusivamente os dados apresentados os que comporão a informação. O analista, conhecedor que é do assunto, dispõe, em sua memória, de outros dados, acumulados durante a produção de informações anteriores, ou colhidos através de literatura especializada. Esta "bagagem intelectual" será, evidentemente, integrada no conjunto de dados disponíveis. O produto final — a informação — será, portanto, o resultado da conjugação de todos os conhecimentos que o analista possui.

Para bem avaliar o trabalho do analista, parece justo que o leitor realize uma comparação entre os documentos produzidos pelos pesquisadores, os dados adicionais e o texto que apresentamos abaixo como sendo a informação produzida.

Em razão do progresso tecnológico e por força da demanda de energia elétrica, a indústria das centrais nucleares adquiriu um impulso considerável a partir de 1964-65. Seu desenvolvimento, no curso do próximo decênio, será um dos fatores mais importantes e sensíveis da economia, nos países desenvolvidos.

Em 1980, a França necessitará de uma potência instalada só de origem nuclear, superior à metade da capacidade total de energia elétrica existente em 1964. O programa de expansão encontrará dois pontos de estrangulamento:

- o aperfeiçoamento da indústria nuclear, obtido através do investimento de recursos financeiros substanciais, do intercâmbio de cientistas e da troca de informações com países nucleares;
- o abastecimento de combustível nuclear.

Aperfeiçoamento da indústria nuclear

A perspectiva para a indústria nuclear francesa é de mercado interno e externo em expansão. Entretanto, em face do avanço

tecnológico alcançado, a indústria norte-americana compete em condições privilegiadas no mercado mundial.

Para se manter atualizada, a indústria tem necessidade de acesso às inovações que surgirem no campo da energia nuclear. Tal acesso é conseguido através do intercâmbio de informações científicas e tecnológicas. A não adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares envolve um risco de marginalização, neste aspecto, por força do que dispõe o artigo IV do Tratado.

Outro risco decorrente da não adesão ao Tratado será a tentativa de isolamento com que as partes contratantes procurarão pressionar os não signatários. Caracterizar-se-á esta tentativa por uma atenuação no intercâmbio de cientistas nucleares e restrição à venda de patentes de equipamentos atômicos. Parecem óbvios os inconvenientes para a indústria nuclear francesa decorrentes de um isolamento da França, no campo da energia nuclear.

Abastecimento de combustível nuclear

Os recursos em urânio natural, existentes em território francês, não são suficientes para atender às necessidades de consumo. A França depende do abastecimento externo. Entretanto, os Estados Unidos controlam a exploração e comercialização do urânio, no Mundo Ocidental. Não aderindo ao Tratado de Não-Proliferação, a França deve esperar até a suspensão de fornecimento de urânio enriquecido por parte dos norte-americanos.

Na melhor das hipóteses, para receber minério uranífero dos países signatários do Tratado, a França teria que assumir o compromisso de utilizá-lo exclusivamente para fins pacíficos. Tal compromisso implicaria na submissão às rigorosas normas de controle e inspeção local, a cargo da AIEA, ou de outra agência internacional que vier a ser criada para este fim. A recusa obrigaria a França a renunciar ao abastecimento proveniente dos países signatários do Tratado. E, nesse caso, a posição francesa, já precária no que concerne ao abastecimento de materiais fisséis, tornar-se-ia extremamente difícil.

Cabe ressaltar, ainda, que o sistema de controle e inspeção pode representar risco não só para o abastecimento de combustível nuclear, mas também para a indústria nuclear. O sistema da AIEA, por exemplo, não leva em consideração os interesses comerciais. Seus inspetores examinam tanto o fluxo de materiais fisséis, como os projetos das instalações nucleares e dos componentes de qualquer máquina ou ferramenta a ser utilizada no campo da energia nuclear.

Esta consideração leva a aceitar como vantajosa a não assinatura do Tratado — com a conseqüente isenção à inspeção. Esta vantagem será tanto maior quanto maior o número de países, em

condições de se tornarem mercado consumidor para a indústria nuclear, que deixarem de aderir ao Tratado. Parece óbvio que o fator inspeção provocará dúvidas no consumidor acerca da rapidez na entrega da encomenda, no fornecimento de peças para substituição e em outros aspectos imponderáveis. Ao se deparar com a escolha entre adquirir um reator nuclear em um país sujeito à inspeção e outro isento dela, parece óbvia a opção do comprador.

Repercussões políticas

A dependência do exterior para abastecimento de combustível nuclear levou a França a obter concessões para prospecção e exploração de jazidas uraníferas na África e na República Malgaxe. Em face das restrições contidas no Tratado de Não-Proliferação, a França terá que realizar uma ofensiva diplomática nos países africanos, com a finalidade de persuadi-los a não assinar o Tratado.

Entretanto, não se pode abandonar a hipótese de que esses países sejam submetidos a fortes pressões, além de promessas de solução para problemas angustiantes da África negra (a situação do Sudoeste da África, por exemplo). Parece justo estimar que a maioria dos países africanos assine um tratado que já conte com a adesão formal das potências do Leste, do Oeste e do Terceiro Mundo. Nesta hipótese, não há como esconder a probabilidade de insucesso da ação diplomática francesa.

Na Europa, caso os cinco parceiros da França na Euratom assinem o Tratado, por força das restrições que o mesmo impõe, torna-se difícil vislumbrar a possibilidade da realização de trabalhos em comum com os franceses. Além do mais, a participação francesa poderá provocar a retração do auxílio norte-americano, que continua indispensável, para a Europa Ocidental, em certos setores essenciais da indústria nuclear. Estas considerações levam a admitir que paira sobre a Euratom a ameaça de esfacelamento.

O país mais afetado, caso se concretize essa ameaça será a República Federal Alemã. Não só porque o seu programa nuclear é amplo — precisa alcançar uma potência instalada, de origem nuclear, da ordem de 20 a 25.000 Mw, em 1980 — mas também pelo efeito psicológico favorável que a Euratom representa para a RFA. É neste organismo que a Alemanha Ocidental se acha em pé de igualdade com os seus parceiros europeus, isto é, não sofre a discriminação a que está sujeita no que concerne a questões militares. Sob este aspecto, o desaparecimento da Euratom agravaria as dificuldades de ordem psicológica para a reaproximação européia.

Não sendo a França parte no Tratado, poderiam os demais membros da Euratom (admitidos aqui como signatários) aproveitar a situação especial para localizar, em território francês, instalações nucleares, particularmente as ligadas à pesquisa, com a

finalidade de isentá-las das inspeções. Neste caso, beneficiar-se-ia a indústria nuclear francesa. Entretanto, considerando que, a curto prazo, a indústria nuclear representará uma parcela não desprezível do Produto Nacional Bruto, ao benefício para a França corresponderia um prejuízo para a economia dos parceiros europeus. Este germe poderia provocar, a longo prazo, um desequilíbrio econômico capaz de abalar a estrutura do Mercado Comum Europeu.

7. Observação final

Este caso prático de produção de uma informação estratégica foi montado em bases hipotéticas. O leitor desperdiçará tempo, se procurar realizar uma pesquisa para averiguar a veracidade dos dados apresentados. Entretanto, aproveitará o esforço despendido na leitura, se procurar comparar o resultado do trabalho dos pesquisadores com a informação produzida. Isto mostrar-lhe-á, por exemplo:

- que o analista utilizou parte de sua “bagagem literária” (a hipótese da opção do comprador do reator nuclear não figura nos documentos elaborados pelos pesquisadores);
- que o analista precisa de dados numéricos e estatísticos, levantados pelos pesquisadores, para bem avaliar o problema, mas não precisa transmiti-los, integralmente, ao destinatário da informação;
- que o analista não realiza um estudo de estado-maior; logo, não formula, nem sugere linhas de ação ao destinatário da informação.

O leitor poderá concluir, por exemplo, que a informação produzida não abordou a hipótese de um entendimento entre Paris e Pequim, no campo da energia nuclear. É verdade; possivelmente a informação produzida não esgotou completamente as alternativas para o problema proposto. Neste caso, o destinatário da informação *realimentaria* o produtor, interrogando-o especificamente sobre a hipótese de cooperação franco-chinesa.

Ao ler este trabalho, um analista experiente poderá achar que faltou realizar um levantamento do grau de dependência da França, em relação às potências nucleares, durante todo o período de desenvolvimento de sua tecnologia nuclear até o momento atual.

Muitos outros ensinamentos podem ser colhidos através da análise deste trabalho. Os Oficiais que se dedicam à produção de informações estratégicas — artigo de consumo cada vez mais intenso, na medida em que o país vai adquirindo projeção internacional — beneficiar-se-ão dos erros cometidos pelo autor para aprimorarem suas técnicas de produção de informações.

Esta parece ser uma tentativa para retirar a produção de informação estratégica do campo nebuloso, ou orbital, das conceituações doutrinárias ou das exemplificações genéricas e situá-la no nível objetivo dos casos práticos. O nosso objetivo foi só esse...

OS CONFLITOS MODERNOS E A GUERRA DO VIETNÃ

Gen CARLOS DE NEIRA MATTOS

I

Não é fácil de se compreender a natureza dos conflitos modernos. O advento da bomba atômica, em 1945, provocou tremenda desorientação na mente dos clássicos da política e da estratégia militar. É que surgia uma arma ofensiva, de poder de destruição inimaginável, provocando a derrocada do equilíbrio militar entre "a lança e a couraça", ou melhor, entre os meios de ataque e a capacidade de defesa. A bomba de Hiroshima deu a impressão aterradora de que a eficácia de um esforço de defesa, dali para diante, seria inútil.

Em que pêssem as sucessões de conflitos armados que vêm sacudindo a humanidade desde os tempos pré-históricos, o equilíbrio do poder sempre se baseou, até a bomba de Hiroshima, na relativa equivalência entre as armas ofensivas e as defensivas. Aos canhões de Verdun que aos milhares sacudiram, durante meses a fio, as colinas e vales do estreito compartimento entre o Mosa e o Mosela, opôs-se os abrigos e entrenchementos que protegeram a vida de milhões de combatentes. Aos gases de combate apresentou-se a contrapartida das máscaras com filtros. A arma aérea deu-se a resposta da caça no ar e da defesa anti-aérea. Mas, à bomba atômica, e à mil vezes mais poderosa bomba de hidrogênio, que resposta dar? Eis o impacto causador do desequilíbrio estratégico do mundo em que vivemos.

Os Estados Unidos, primeiros possuidores da bomba atômica e depois da termonuclear, gozariam durante pouco tempo do privilégio da exclusividade desses engenhos ofensivos. Imediatamente após as duas explosões de 1945, no Japão, a União Soviética lançou-se com afincos e decisão no campo das pesquisas, levando para os seus laboratórios o que de melhor havia entre físicos e cientistas encontrados na devastada Alemanha. Poucos anos após Hiroshima a União Soviética explodia a sua bomba similar nos desertos siberianos. Os Estados Unidos deram novo avanço em potencialidade experimentando a bomba de hidrogênio, seguidos um ano após pelos russos. Chegou-se assim, novamente, ao equilíbrio, mas agora apenas ao equilíbrio do poder, à base de engenhos de agressão e não mais em termos do velho equilíbrio entre "a lança e a couraça".

A sensação dominante entre os políticos e os estrategistas das duas superpotências, restabelecido esse equilíbrio de poder, era o de que quem precedesse no ataque, quem surpreendesse o adversário arrasaria inapelavelmente os objetivos vitais do país contrário. A resposta a essa convicção foi dada por uma estratégia chamada a "estratégia da retaliação nuclear", mantendo-se o surpreendido em condições de resposta instantânea — aviões permanentemente no ar portadores de bombas e foguetes intercontinentais com ogiva nuclear prontas a serem acionadas por botões.

A estratégia de retaliação nuclear, pela certeza da destruição total dos possíveis contendores nucleares, teve o efeito benéfico de paralisar a pretensão de fazer desencadear a guerra nuclear em busca de objetivos políticos. Clausewitz já dizia que "a Guerra é a continuação da Política com outros meios". Assim era e continua sendo a guerra um instrumento da Política. Ora, politicamente, não oferece lógica destruir, tendo como opção certa ser destruído. Eis aí "os fatos paralisantes" a que levou a estratégia nuclear e o descambar da guerra, dos atos de força, para o campo secundário das chamadas guerras limitadas, guerras subversivas, guerras revolucionárias, guerras psicológicas, onde se procura medir forças usando as armas psicológicas e convencionais, mas tomando-se tôdas as medidas para evitar a hecatombe atômica.

O mais conceituado estrategista da França atual, o General Beaufre, autor de dois livros recentes "Introduction à la Strategie" e "Dissuasion et Strategie" assim comenta a influência da arma nuclear do domínio da estratégia. "A aparição da arma nuclear, considerada a princípio como uma maldição, trouxe uma solução imprevista, porque ela evidencia, cada vez mais, como o mais possante estabilizador que o homem tem conhecido desde as origens dos séculos".

O conflito do Vietnã, tão mal compreendido e analisado pela maioria dos comentaristas, é um desses tipos de guerra secundária a que conduziu os desbordamentos de força entre as superpotências imobilizadas pela estratégia nuclear.

Segundo o critério clássico, o conflito do Vietnã pode ser caracterizado como guerra revolucionária, naquele conceito dado por Mao Tsé Tung e hoje difundido por todo o mundo — é uma guerra movida por um grupo inspirado pela dinâmica ideológica marxista-leninista. A sua dimensão atual dá-lhe, nesse quadro, predominância psicológica, característica de guerra limitada, com o emprêgo de armas convencionais e da guerrilha.

Tanto os Estados Unidos como os seus principais adversários nesse conflito — a URSS e a China Comunista — têm enorme interesse em buscar uma solução limitando a área conflitante, quer no seu aspecto geográfico, quer, particularmente, no referente a natureza das armas empregadas. Essa imposição limitativa veio ressaltar a importância do controle político nas guerras secundárias coagindo a iniciativa dos chefes militares responsáveis pelas operações.

Por ocasião da Guerra da Coréia, já se destacou a relevância em não permitir que uma imprudência generalizasse o conflito, o que exigiu um estreito controle das operações militares pela Casa Branca, resultando num longo período de atritos entre o Presidente Truman e o General Mac Arthur e a conseqüente demissão deste. Na atual Guerra do Vietnã repete-se o mesmo fenômeno. Após um longo período de mais disfarçada tensão entre a direção política, encarnada pelo Presidente Johnson e o Secretário McNamara, e a chefia militar, deu-se o afastamento do Secretário McNamara incapaz de agüentar por mais tempo as pressões desgastantes dos desentendimentos quase diários entre a liderança política que se excede em cautelas querendo impedir a generalização do conflito e o comando militar que precisa de maior margem de iniciativa operacional para cumprir a sua missão.

II

"Quando um governo decide fixar um objetivo limitado para sua estratégia, um general que procure derrotar decisivamente o inimigo, mesmo agindo dentro de suas necessidades operacionais, poderá causar muito mais mal do que bem à política de guerra estabelecida."

LIDDELL HART

A Guerra Limitada é uma decorrência do perigo nuclear. É o fruto da consciência de que a Guerra Global, com o emprego ilimitado dos meios atômicos representa, inapelavelmente, a destruição de ambos os contendores que chegaram ao equilíbrio do terror, à base da estratégia da retaliação nuclear, baseada no princípio da represália instantânea.

A Guerra Limitada é uma forma da chamada Guerra Indireta que mereceu de um dos mais conhecidos e lidos estrategistas contemporâneos, o inglês Liddell Hart, no seu livro "Strategy", o seguinte conceito:

"Estamos em uma nova era da estratégia, muito diferente da que era admitida pelos defensores do poderio atômico-aéreo. A estratégia que está sendo atualmente desenvolvida pelo mundo, por nossos adversários, é inspirada na dupla idéia de esquivar-se de um poder aéreo superior e anulá-lo. Irônicamente, quanto mais temos desenvolvido o efeito maciço das armas de bombardeio, tanto mais auxiliamos a estratégia da guerrilha."

E, mais adiante, continuará Liddell Hart: "A suposição de que o poderio atômico eliminou a estratégia é mal fundada e enganosa. Levando a capacidade de destruição a um extremo "suicida", êle estimula e acelera

o retorno aos métodos indiretos que são a essência da estratégia — por dotarem a guerra de propriedade de inteligência que a elevam acima da aplicação da força bruta”.

Afirmava o nosso grande mestre de estratégia, o então Gen Humberto Castello Branco, numa conferência na Escola Superior de Guerra, em 1961, que “a Guerra Limitada é uma forma que deverá restringir o emprego das armas nucleares, inclusive relativamente a áreas geográficas; verifica-se logo que a limitação deve referir-se à ausência das armas nucleares estratégicas podendo-se admitir a utilização das armas nucleares táticas”.

A guerra limitada traz, portanto, na sua própria essência, o designio político que lhe dá o nome, isto é, a subordinação de executá-la impedindo o seu alastramento e sua transformação numa hecatombe global.

Dai lhe decorrem duas características que é preciso bem compreender. A primeira é que se trata de um conflito “medido”, no qual o emprego da força, a natureza dos engenhos bélicos e a extensão geográfica são calculados meticulosamente, a fim de impedir que os efeitos ultrapassem aos fins almejados. A segunda, decorrente da anterior, é que a responsabilidade por essa limitação de meios, de armas e de área, passa a se revestir de caráter tão essencial, que o comando político da guerra sente a necessidade de ter ingerência direta no controle das operações militares.

O bom entendimento dessas duas características da Guerra Limitada evitaria uma série de juízos apressados e críticas infundadas que se lêem, freqüentemente, sobre a conduta política e militar da Guerra do Vietnã, tanto pelo governo de Washington, como pelos de Moscou e Pequim.

Na verdade, da mesma maneira com que na área ocidental causa certa perplexidade o fato de uma nação militarmente poderosa como os Estados Unidos estarem se desgastando, psicologicamente, num conflito de pequena envergadura, não faltando quem considere essa delonga como uma prova da fraqueza militar norte-americana, assim também na área dos países satélites não se entende por que os russos e chineses permitem que uma pequena nação aliada — o Vietnã do Norte — seja asfixiada aos poucos sem intervirem diretamente no conflito.

Cada passo nessa Guerra do Vietnã é medido e pesado cuidadosamente pelos governos de Washington e Moscou, e alguns arroubos mais irracionais do governo de Pequim têm sido convenientemente contidos pelos soviéticos.

Ambos os governos têm bem presentes os perigos de uma generalização ou globalização do conflito vietnamita. Não seria difícil para a Casa Branca, e isto atenderia aos apelos de uma corrente ponderável da opinião pública norte-americana, concentrar o seu poderio militar sobre a pequena e fraca nação de Ho Chih Minn, e aniquilá-la em poucos dias. Mas, isto valerá a pena, dentro dos objetivos da guerra limitada? Uma atuação militar desta natureza não resultaria fatalmente numa generali-

zação do conflito, obrigando a China de Pequim ou a União Soviética, também, intervirem com tôdas as suas forças contra os Estados Unidos a fim de não "perderem a cara" perante os seus aliados?

E, por outro lado, quais são os objetivos dos Estados Unidos nesse conflito? Derrotar militarmente o Vietnã do Norte? Não, os objetivos políticos e estratégicos da presença militar norte-americana no Vietnã visam: preservar a existência política da República do Vietnã do Sul e, por êste meio, opor um obstáculo de contenção à expansão comunista no sudeste da Ásia.

Do ponto de vista político e estratégico, a consecução dos objetivos acima, preservam a autoridade e a confiança nos Estados Unidos na área, onde são fiadores da sobrevivência de inúmeros Estados ameaçados pela expansão do imperialismo chinês — Índia, Burma, Laos, Cambódia, Tailândia, Federação Malásia, Indonésia e, indiretamente, o Japão e as Filipinas. Dizemos indiretamente o Japão e as Filipinas porque os arquipélagos nipônico e filipino por mais sólidos que sejam, politicamente, não resistiriam por longo tempo ao cerco de estados comunistas, agressivos, por toda a vertente continental do Mar da China e Mar do Japão.

É um engano pensar-se que nações como a Índia e a Indonésia, muitas vêzes consideradas neutralistas, sejam favoráveis a uma política de desengajamento dos Estados Unidos no Vietnã. Essas nações, em que pêssem pronunciamentos políticos de seus governos, ditados por conveniências táticas, sabem muito bem que, se os Estados Unidos entregarem o governo de Saigon à sua própria sorte, êste será engolido em curto prazo e fundido ao governo de Hanói, — títere das grandes centrais comunistas de Moscou e Pequim. Estas duas centrais divergem entre si em muita coisa ideológica e doutrinária, mas ambas ajudam materialmente a Ho Chih Minn a prosseguir na guerra. Sabem também os governos de Nova Délhi e Jacarta, que o êxito do expansionismo comunista no Vietnã marcará o início de nova aventura.

Os Estados Unidos, queiram ou não, foram içados à missão de responsáveis pela preservação da sobrevivência democrática no mundo. Imensas divergências separam os líderes e o povo norte-americano sobre o sentido, o dimensionamento e a conveniência desta missão, mas, enquanto se discute livremente na imprensa, em congressos e no Parlamento dos Estados Unidos, todos os governos que ocuparam a Casa Branca desde o final da 2ª Guerra Mundial foram obrigados a exercer êsse antipático dever de "polícia internacional".

No quadro geral da estratégia o que fazem os Estados Unidos são estratégias de contenção regional, bem caracterizadas na Europa quando do estabelecimento da chamada "linha Trumam" em 1948, na Coréia em 1950, e agora no Vietnã, visando, tôdas, barrar a expansão do comunismo no mundo. Essa estratégia de contenção geográfica do expansionismo vermelho, vem dando como resultado alguns conflitos da forma de guerra limitada, tal como aconteceu na Coréia e sucede agora no Vietnã.

Dentro das regras do jogo da estratégia de guerra limitada verifica-se, no Vietnã, que os Estados Unidos, dentre muitos insucessos, vêm capitalizando alguns êxitos substanciais entre os quais se destaca o de obrigar o governo de Hanói a vir a participar e sofrer diretamente a guerra, engajando várias divisões do Exército norte-vietnamita. A situação anterior, durante o primeiro ano do conflito, era muito mais favorável ao governo de Hanói — fonte ativadora direta da crise — pois a República do Vietnã do Sul era mantida em ambiente permanente de guerra de guerrilhas pela ação apenas dos vietcongs, estimulados e supridos pelas fronteiras do norte. A “escalada”, iniciada em fins de 1965, representando o aumento progressivo da pressão militar, com as limitações impostas pelo propósito de não generalizar o conflito, vem engajando a nação vietnamita mais e mais no conflito, obrigando-a à mobilização de suas próprias forças e ao sofrimento dos bombardeios sobre seu território.

A “escalada” norte-americana, uma espécie de estratégia de dissuasão, no sentido de convencer de que a guerra não compensa, escolheu como “objetivo limitado” a República norte-vietnamita, que vinha fazendo uma cômoda guerra por procuração. A premissa que inspirou a estratégia da escalada foi que, submetido aos rudes sofrimentos da guerra sobre a sua própria carne, o governo de Hanói passaria a desejar a paz e a negociá-la. No momento em que Ho Chih Minn concordar em sentar-se a uma mesa de conferência de paz, suspendendo as operações, terá iniciado o êxito da escalada. Isto porque, é preciso compreender-se que o objetivo dos Estados Unidos não é a conquista militar da República do Vietnã do Norte, mas, dentro do quadro geral da sua estratégia de contenção, preservar a República do Vietnã do Sul, barrando assim a expansão do comunismo asiático, estimulando e conservando no sudeste asiático uma coligação de Estados aliados.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!